



La comunicación en Iberoamérica: políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento

Margarida M. Krohling Kunsch

Organizadora



Quito - Ecuador
2013

**La comunicación en Iberoamérica:
políticas científicas y tecnológicas, posgrado
y difusión de conocimiento**

**A comunicação na Ibero-América:
políticas científicas e tecnológicas, pós-graduação
e difusão do conhecimento**

Margarida M. Krohling Kunsch
Organizadora

300 ejemplares - Agosto 2013

ISBN: 978-9978-55-107-3
Código de barras: 978-9978-55-107-3
Registro derecho autoral: 041871

Diseño y diagramación
Diego Acevedo

Portada
Arturo Castañeda

Impresión
Editorial "Quipus", CIESPAL
Quito-Ecuador

Los textos que se publican son de exclusiva responsabilidad de sus autores.

Índice

Presentación	9
Fernando Checa M.	
Introducción	13
Margarida M. Krohling Kunsch	
Parte I	23
Políticas científicas e tecnológicas da pesquisa em comunicação ibero-americana: pesquisas e conhecimento demandado pela sociedade	
Hacia una epistemología del Sur: comunicología latina y agenda de investigación Francisco Sierra Caballero	25
Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos Moisés de Lemos Martins e Madalena de Oliveira	47
Articulación y exclusión: de las universidades en el diseño de políticas científicas y tecnológicas de comunicación Delia Crovi	103

De volta ao mundo real: epistemologia, política e o campo da comunicação Cesar Bolaño	121
Dilemas en torno a la formulación de políticas de ciencia y tecnología en comunicación Ángel Páez	133
Políticas científicas e tecnológicas da pesquisa em comunicação: pesquisas e conhecimento demandado pela sociedade. Ponto de vista a partir do Brasil Antonio Hohlfeldt	151
Políticas de ciencia y tecnología, y los estudios de comunicación en el Perú: notas sobre una ausencia estructural Eduardo Villanueva	161
Contra el desperdicio de la experiencia: políticas y saberes en el campo de estudios de comunicación en Colombia Eduardo Gutiérrez	173
Parte II Pós-graduação em comunicação na Ibero-américa: qualidade do ensino e da pesquisa de pós. Estratégias para formar pesquisadores, professores e profissionais	193
A pós-graduação em comunicação no Brasil: crescimento associado aos desafios da qualidade e da inserção internacional Maria Immacolata Vassallo de Lópes e Richard Romancini	195

Tendencias y perspectivas de desarrollo e internacionalización del posgrado en comunicación en México, Centroamérica y el Caribe Raúl Fuentes Navarro	235
Discontinuidades para la búsqueda de una estrategia en común Gustavo Cimadevilla	257
Los posgrados en comunicación en Iberoamérica: calidad de la enseñanza y de la investigación. Una mirada desde el trabajo y contribuciones de Felafacs Álvaro Rojas Guzmán	279
Parte III Revistas, enciclopédias e portais da Rede Ibero-americana de comunicação: ações coordenadas para democratizar o conhecimento	293
Visión general de los periódicos de comunicación en Brasil y de la Red Confibercom de Revistas de Comunicación Cicilia M.Krohling Peruzzo	295
Redes e portais de ciências da comunicação em Portugal Luis Humberto Marcos	309
Aporte de Diá-logos de la Comunicación a la difusión de las ciencias de la comunicación Abel Suing	333
La era <i>open data</i> . Publicaciones, política científica y socialización del conocimiento. Hacia una nueva economía política del archivo Francisco Sierra Caballero	347

<i>Revista Argentina de Comunicación</i> , una política de la voz Mónica Cohendoz	365
Difusión de la ciencia de la comunicación, una tarea pendiente en Latinoamérica Karina Valarezo e Isidro Marín Gutiérrez	377
Apéndices	393
Delia Crovi (Política científica y tecnológica en comunicación)	395
Raúl Fuentes (Posgrado en comunicación en Iberoamérica)	403
Ana Silvia Médola (Difusión de las ciencias de la comunicación)	407
Sobre los autores	413

Parte II

Pós-graduação em comunicação na Ibero-América: qualidade do ensino e da pesquisa de pós. Estratégias para formar pesquisadores, professores e profissionais

A pós-graduação em comunicação no Brasil: crescimento associado aos desafios da qualidade e da inserção internacional

*Maria Immacolata Vassallo de Lopes e Richard Romancini
Universidade de São Paulo
immaco@usp.br / richard.romancini@gmail.com*

Resumo:

O artigo faz um apanhado geral sobre os programas de pós-graduação no Brasil. Observa seu crescimento ao longo dos anos, a quantidade de alunos que participam de programas assim, compara seu nível e qualidade com de outros países. Compara também a quantidade de alunos no ensino superior e quantos desses fazem uma pós-graduação, e o número de matriculados em programas de pós-graduação e os que conseguem obter o título. E faz uma observação de números de programas de pós-graduação nas diferentes regiões do país. Usa tabelas e gráficos para exemplificar a explicação.

Palavras-chave: educação superior, pós-graduação, comunicação, Brasil, avaliação, internacionalização.

Introdução e antecedentes

No contexto da América Latina, o Brasil caracteriza-se por uma situação peculiar: situa-se abaixo das médias da região, em termos da educação superior de nível graduado, e acima, em termos da pós-graduação (como mostra a Tabela 1), o que se reflete no índice de investigadores e tecnólogos empregados com dedicação plena a tarefas de investigação e desenvolvimento. Como apontam Fuentes Navarro e Bustamante Farías (2011), embora distante dos EUA, no Brasil o número é similar ao do Canadá e da Espanha, representando 49,3% dos investigadores latino-americanos ocupados. Essa situação também se destacará no campo da pós-graduação em Comunicação.

Tabela 1 – Indicadores estruturais básicos do Brasil e da América Latina e do Caribe

	População total	PIB/per capita USD (PPP)	População economicamente ativa (milhões)	Pesquisadores por 1000 PEA	Estudantes de educação superior (mil)	Professores de educação superior (milhões)	Taxa bruta de cobertura da educação superior (%)
Brasil	189.6	11,289	100.5	2,09	5,958	375	34
AL e Caribe	564,54	ND	259.6	1.86	19,723	1,475	38

Fontes: Rycyt (www.rycyt.org); World Bank: World Development Indicators Database; Unesco: Global Education Digest 2010 – Comparing Statistics Across the World.

Como se discute na sequência, com o apoio de dados sobre o contexto da educação brasileira, a pós-graduação em Comunicação no país beneficiou-se, num primeiro momento, de condições sócio-institucionais, como o apoio governamental, que garantiram seu crescimento e dispersão regional. Houve, assim, ao longo do tempo, uma diminuição da formação em nível de doutorado, principalmente, em outros países, pela constituição de uma oferta local de cursos desse nível. Os dois primeiros mestrados da área surgiram em 1972, e é possível dizer que, ao longo de seus 40 anos de história,

a pós-graduação em Comunicação no Brasil constituiu um sistema, com grau elevado de institucionalização. Este sistema, por meio de suas diferentes dimensões (produção científica de professores e estudantes, encontros de discussão e relato de pesquisas, criação e difusão de revistas, etc.), dota a ideia da Comunicação como área de estudos científica de maior sentido acadêmico.

A última década da pós-graduação em Comunicação é marcada por um crescimento mais acelerado, o que enfatiza a importância da análise sobre as articulações entre os níveis de ensino, bem como a respeito da circulação dos conhecimentos e sua qualidade, das avaliações e os diálogos internos e externos que o sistema realiza ou fomenta. Nesse sentido, um dos eixos que merecem análise é quanto à internacionalização da pós-graduação brasileira.

Assim, na sequência, o trabalho passará a descrever características relevantes da pós-graduação em Comunicação, situando-a no contexto mais geral da educação e da produção científica brasileira, de modo a apontar tendências e discutir possíveis rumos para o futuro da área no país. Tendo em vista o objetivo fundamental do *Fórum Ibero-americano de Pós-Graduação em Comunicação* de estabelecer mecanismos de cooperação internacional, esse panorama diagnóstico é enriquecido por dados de um levantamento junto aos programas de pós-graduação sobre a internacionalização científica. Os programas em Comunicação forneceram informações relativas a suas práticas e avaliações quanto ao tema.

O sistema de educação superior

Cabe notar, sobre o ensino de graduação, que houve, na América Latina, nas últimas décadas, um “crescimento explosivo”, para o qual as estatísticas brasileiras sem dúvida contribuem. A primeira década do século XXI caracteriza-se por um impulso significativo das matrículas no ensino de graduação, como mostram os dados da Tabela 2. Duas políticas públicas federais desse período estão

relacionadas a este crescimento: o Reuni⁴⁴ e o Prouni⁴⁵. Também importante e associado à segunda política é o crescimento das instituições particulares de educação superior, o que explica o crescimento do percentual de alunos nelas matriculados (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de alunos matriculados no ensino superior: Brasil 1980-2009

Ano	Matricula no Ensino Superior			% de IES Privadas
	Total	Privadas	Públicas	
1980	1.377.286	885.054	492.232	64,3%
1985	1.367.609	810.929	556.680	59,3%
1990	1.540.080	961.455	578.625	62,4%
1995	1.759.703	1.059.163	700.540	60,2%
2000	2.694.245	1.807.219	887.026	67,1%
2005	4.567.798	3.321.094	1.246.704	72,7%
2009	5.954.021	4.430.157	1.523.864	74,4%

Fonte: MEC/Inep – dados citados em Carvalho (2004) e Inep (2010).

Características do sistema de pós-graduação

O principal órgão de apoio à pós-graduação é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do

44 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo como objetivos “retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior”. Disponível em: reuni.mec.gov.br

45 Conforme informa o site do programa, “o Prouni – Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa” Disponível em: prouniportal.mec.gov.br

Ministério da Educação que regulamenta a PG no Brasil, criada em 1951. Em 2010, a Capes concedeu 58.107 bolsas, assim distribuídas: 33.357 para mestrado, 21.941 para doutorado, 2.734 para pós-doutorado e 75 dentro do programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS). Desse total, o número de bolsas para a área da Comunicação foi de: 379 de mestrado, 221 de doutorado e 10 de pós-doutorado, totalizando 610 bolsas, conforme indicadores do banco de dados estatísticos GeoCapes. Além da Capes, apóiam o sistema de pós-graduação e a pesquisa, por meio de editais, bolsas e outros programas, órgãos federais como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e também dos Estados, por meio de suas Fundações de Amparo à Pesquisa. Observa-se, portanto, que um dos pontos centrais de sustentação da pós-graduação é o financiamento governamental.

Outros aspectos que caracterizam o sistema e que são vistos como importantes para a qualidade da pós-graduação são: 1) a expansão ordenada, conduzida pelo poder central, tendo como guias os Planos Nacionais de Pós-Graduação⁴⁶; 2) a articulação promovida entre o ensino e a pesquisa; 3) a criação de um sistema de orientação de teses e dissertações funcional; 4) as relações estabelecidas, a partir da pós-graduação, entre a vida acadêmica nacional e os âmbitos relevantes da produção científica internacional; 5) a experiência sistemática e continuada da avaliação com a participação da comunidade científica. Atribui-se a esse sistema de avaliação forte “eficiência indutiva” (MACCARI; LIMA; RICCIO, 2009, p. 75) para o crescimento qualificado da pós-graduação no Brasil.

Os dados da Tabela 3 demonstram que houve, assim como na graduação, crescimento no número de matriculados, bem como no de titulados da pós-graduação no Brasil, nos últimos anos.

46 Até o momento, foram elaborados quatro planos: I PNPG (1975-1980); II PNPG (1982-1985); III PNPG (1986-1989); PNPG (2005-2010). Atualmente, o PNPG 2011-2020 encontra-se em processo de finalização.

A matrícula praticamente dobrou, no período de 1999 a 2009, passando de 85 a 161 mil, enquanto número de titulados teve aumento percentual mais expressivo ainda, 153%, indo de cerca de 20 a 50 mil titulados.

Tabela 3 – Evolução do número de matriculados e titulados nos cursos de pós-graduação: Brasil 1999-2009

Ano	Mestrado Matriculado	Mestrado Titulado	Doutorado Matriculado	Doutorado Titulado	Mestrado Profissional Matriculado	Mestrado Profissional Titulado	Total Matriculado	Total Titulado
1999	54.792	14.938	29.895	4.831	589	43	85.276	19.812
2001	62.353	19.651	35.134	6.040	2.956	362	100.443	26.053
2003	66.951	25.997	40.213	8.094	5.065	1.652	112.229	35.743
2005	73.805	28.605	43.942	8.989	6.301	2.029	124.048	39.623
2007	84.356	30.559	49.667	9.915	7.638	2.331	141.661	42.805
2009	93.016	35.686	57.917	11.368	10.135	3.102	161.068	50.156

Fonte: GeoCapes (geocapes.capes.gov.br/geocapesds/).

Quanto à natureza jurídica das instituições de ensino superior (IES) em que se situam os programas de pós-graduação (PPGs), nota-se que o aumento de titulados correlaciona-se a uma maior participação percentual de programas de natureza privada dentro de sistema (Tabela 4). Entretanto, a participação dos programas privados, que passou, no período de 1999 a 2009, de 10,5% para 19,9% é minoritária. A pós-graduação no Brasil, assim como o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, é um empreendimento majoritariamente público. No caso dos PPG, em 2009, o governo federal manteve a maioria (54,4%), seguido pelos Estados (24,9%).

Tabela 4 – Distribuição dos programas de pós-graduação por tipo institucional: Brasil 1999-2009

Ano	Federal		Estadual		Privada		Municipal		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1999	793	58,2	424	31,1	143	10,5	3	0,2	1.363	100,0
2001	863	55,7	470	30,3	213	13,7	4	0,3	1.550	100,0
2003	990	54,5	516	28,4	304	16,7	8	0,4	1.818	100,0
2005	1.104	53,7	553	26,9	387	18,8	13	0,6	2.057	100,0
2007	1.280	53,1	620	25,7	492	20,4	16	0,7	2.408	100,0
2009	1.479	54,4	677	24,9	542	19,9	20	0,7	2.718	100,0

Fonte: GeoCapes (geocapes.capes.gov.br/geocapesds/).

Vale dizer que na pós-graduação pública não há cobrança de mensalidades aos estudantes. Isso se relaciona ao texto constitucional brasileiro, que, no capítulo sobre a Educação, no inciso IV do Artigo 206, estipula a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”. A esse quadro, a Capes criou, em 1998, o mestrado profissional, com possibilidade de financiamento privado, sendo esse tipo de curso minoritário, atualmente (Tabela 3). Nenhum programa de pós-graduação em Comunicação, até o momento, foi criado nessa categoria.

Outro aspecto relativo à pós-graduação brasileira, no último decênio, é uma maior dispersão geográfica, a partir do aumento percentual de programas, em quase todas as regiões brasileiras, como mostra a Tabela 5. A região que vem apresentando queda percentual é a Sudeste, que concentra a grande maioria dos programas, tendo passado, entre 1999 e 2009, de 60,8% para 50,1% do total dos PPGs. Ou seja, ela continua a deter grande impacto dentro do sistema e ainda atua como nucleadora de PPGs para outras regiões do país, embora com crescimento mais lento. Como se mostrará adiante, a dispersão, com o surgimento de PPGs em regiões que não os possuíam, marca atualmente também a área da Comunicação.

Tabela 5 – Distribuição dos programas de pós-graduação por região: Brasil 1999-2009

Ano	Sudeste		Sul		Nordeste		Centro-Oeste		geocapes.capes.gov.br/ geocapesds/). Norte		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1999	829	60,8	242	17,8	194	14,2	72	5,3	26	1,9	1.363	100,0
2001	901	58,1	286	18,4	226	14,6	99	6,4	38	2,5	1.550	100,0
2003	1.020	56,1	354	19,5	277	15,2	110	6,1	57	3,1	1.818	100,0
2005	1.106	53,8	409	19,9	342	16,6	126	6,1	74	3,6	2.057	100,0
2007	1.234	51,2	488	20,3	412	17,1	170	7,1	104	4,3	2.408	100,0
2009	1.363	50,1	547	20,1	492	18,1	195	7,1	121	4,5	2.718	100,0

Fonte: GeoCapes (geocapes.capes.gov.br/geocapesds/).

De maneira geral, observa-se “um relativo equilíbrio na distribuição dos cursos de mestrado e de doutorado entre as diversas áreas do conhecimento”, ao contrário dos “cursos de graduação, nos quais verifica-se um nítido predomínio quantitativo dos cursos da área de ciências sociais aplicadas” (MARTINS, 2002, p. 80)⁴⁷.

Quanto às áreas de conhecimento, o sistema de pós-graduação no Brasil apresenta uma topologia marcada por: 1) *Grandes Áreas de Conhecimento* e 2) *Áreas de conhecimento*, cada qual com suas

⁴⁷ Ao descrever o desenvolvimento da pós-graduação brasileira, Balbachvesky (2005) observa que esse relativo equilíbrio possui raízes históricas, no início do desenvolvimento do sistema de pós-graduação. Isso ocorre porque os órgãos governamentais que fomentaram a pós-graduação acabaram sobrepondo seus interesses no desenvolvimento de áreas diferentes: o Ministério da Educação, interessado na formação de professores para as IES, privilegiava as humanidades e as áreas afins, enquanto o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) voltavam-se às áreas de ciências e engenharias.

respectivas *Subáreas*. A Comunicação situa-se dentro da Área de Ciências Sociais Aplicadas I, que agrupa, ainda, Ciência da Informação e Museologia, compondo – com Direito, Economia e outras áreas – a Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas.

De acordo com a Tabela 6, esta Grande Área apresentou, de 1999 a 2009, ligeiro declínio, passando de 14,4% a 12,4% do total de discentes matriculados.

Tabela 6 – Distribuição percentual de discentes matriculados por grande área: Brasil 1999-2009

Ano	Ciências Humanas	Engenharias	Ciências da Saúde	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Agrárias	Ciências Exatas e da Terra	Multidisciplinar	Ciências Biológicas	Linguística, Letras e Artes
1999	16,6	16,5	14,7	14,4	9,1	11,1	2,7	8,5	6,4
2001	16,9	15,7	13,6	15,8	9,1	10,7	4,0	8,0	6,2
2003	17,3	16,3	13,2	14,2	9,1	10,2	5,2	8,0	6,5
2005	17,4	15,4	13,9	13,6	9,0	9,7	6,4	7,9	6,7
2007	17,2	15,0	13,8	13,1	9,3	9,7	7,5	7,8	6,7
2009	16,6	14,8	14,5	12,4	9,8	9,7	8,4	7,6	6,2

Fonte: GeoCapes (geocapes.capes.gov.br/geocapesds/).

Metas e resultados da pós-graduação

Em 2008, o Brasil possuía 1,4 doutores por mil habitantes – faixa 25-64 anos (CGEE, 2010) – e almeja, conforme exposto no último Plano Nacional de Pós-Graduação, aumentar essa relação para 4,54 por mil, em 2020. Para os anos seguintes, planeja-se contínuo crescimento, com metas ambiciosas, de modo a equiparar o país à situação do mundo desenvolvido (Tabela 7).

Tabela 7 – Projeção do crescimento do número de doutores no Brasil e comparação com outros países

Ano	Número de doutores titulados por ano	Doutores por mil habitantes no Brasil	Crescimento em relação a 2010	Doutores por mil habitantes de outros países em 2008
2010	11.974	2,26	–	–
2013	13.962	2,74	21%	–
2020	28.987	4,54	101%	–
2024	44.005	6,34	180%	Canadá (6,5)
2027	60.182	8,26	265%	EUA (8,4)
2033	112.566	14,50	541%	Alemanha (15,4)
2038	189.680	23,77	951%	Suíça (23,0)

Fonte: Guimarães (2011).

Os esforços para o fortalecimento da pós-graduação brasileira têm resultado em progressos na classificação do país em *rankings* científicos (Tabelas 8 e 9).

Tabela 8 – Ranking dos países com produção científica no ano de 2009 e seu % no mundo

Colocação	País	Número de artigos	% no mundo
1	EUA	341.038	28,6%
2	China	118.108	9,9%
3	Alemanha	89.545	7,5%
4	Inglaterra	79.780	6,7%
5	Japão	78.930	6,6%
6	França	65.301	5,5%
7	Canadá	55.534	4,7%
8	Itália	51.606	4,3%
9	Espanha	44.324	3,7%
10	Índia	40.250	3,4%
11	Coréia do Sul	38.651	3,2%
12	Austrália	38.599	3,2%

13	Brasil	32.100	2,7%
14	Holanda	30.204	2,5%
15	Rússia	30.178	2,5%
16	Taiwan	24.442	2,1%
17	Turquia	22.037	1,8%
18	Suíça	21.800	1,8%
19	Suécia	19.611	1,6%
20	Polônia	19.513	1,6%

Fonte: ISI – Institute for Scientific Information; National Science Indicators, USA; Base Deluxe – SCI (2009) – dados citados em Guimarães (2011).

Tabela 9 – Comparação da Produção científica do Brasil e de países de destaque: quinquênio 2005-2009

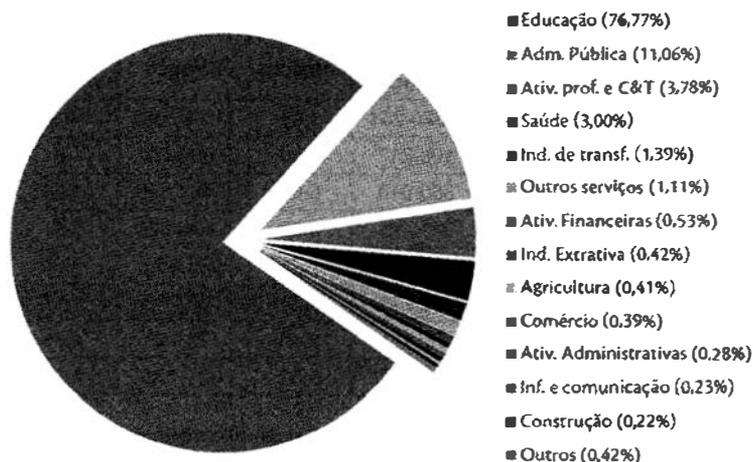
Colocação	País	Número de artigos	Impacto	Citação	% no mundo
1	EUA	1.575.254	7,08	11.149.553	30,30
2	Alemanha	406.217	6,40	2.600.602	7,81
3	Inglaterra	360.910	6,89	2.487.106	6,94
4	França	291.495	5,82	1.695.850	5,61
5	Holanda	131.977	7,31	964.660	2,54
6	Brasil	118.239	3,04	359.213	2,27
7	Suíça	96.306	8,02	772.263	1,85
8	Suécia	91.209	6,81	621.193	1,75

Fonte: ISI – Institute for Scientific Information; National Science Indicators, USA; Base Standard – ESI (2009) – dados citados em Guimarães (2011).

Uma das dimensões do impacto social da pós-graduação é o destino profissional dos egressos. Pesquisa sobre esse assunto, a partir de dados dos doutores titulados no período de 1996 a 2006, mostra que, dentre os que trabalhavam no ano de 2008, 76,8% dos doutores atuavam em estabelecimentos cuja atividade econômica principal era a *educação*, e 11,06% trabalhavam na *administração pública*. Os outros doutores, pouco mais de um décimo do total, distribuíam-se entre as 19 seções restantes da Classificação Nacional de Atividades

Econômicas (CNAE), conforme o Gráfico 1. Apesar da concentração do emprego dos doutores em educação, há uma tendência de sua absorção por outras áreas, não por uma diminuição em números absolutos da educação, mas porque “os demais setores estão absorvendo doutores em uma velocidade muito superior” (CGEE, 2010, p. 39). Especificamente na área da Comunicação, conforme a pesquisa de Lopes (2001), 56% dos mestres e doutores, titulados entre 1994 e 1998, atuavam “na universidade”, 28% “na universidade e no mercado” e 16% somente “no mercado”.

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos doutores titulados no Brasil no período 1996-2006, empregados durante o ano de 2008



Fonte: CGEE (2010).

Em síntese, os dados mostrados até aqui corroboram a ideia de que “ao longo das últimas três décadas o Brasil construiu um sistema de pós-graduação que constitui a parte mais exitosa do seu sistema de ensino, sendo considerado de forma unânime como o maior e melhor da América Latina” (MARTINS, 2002, p. 70).

A avaliação da pós-graduação no Brasil

A avaliação da pós-graduação no Brasil, que já existia embrionariamente desde 1976, consolidou-se na década seguinte. O princípio básico do sistema sempre foi a elaboração de critérios de avaliação por pares indicados pela comunidade científica. A avaliação começou sendo anual, passou depois a ser bienal e, hoje, é feita por triênio. Ela consiste em uma avaliação continuada, que faz acompanhamento anual de todos os programas de pós-graduação. A realização periódica permitiu, de acordo com Balbachevsky (2005, p. 276), “vincular o apoio oficial ao desempenho dos programas e terminou por estabelecer um padrão mínimo de qualidade acadêmica para os programas”.

Em termos do detalhamento dos objetivos do Sistema de Avaliação, a Capes nota que ele visa a:

- estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão;
- fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros – exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
- impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e da tecnologia na atualidade, bem como o aumento da competência nacional nesse campo;
- contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu

projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;

- contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;
- dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e a evolução da pós-graduação;
- oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação.

Embora o foco principal da avaliação recaia sobre os produtos ou os resultados alcançados pelos PPGs, que possam ser processados e quantificados a partir de coletas de dados, é possível dizer que houve, com o tempo, aumento de abrangência e complexidade. São exemplos desse intento a realização das visitas *in loco*, das quais resultam pareceres que são encaminhados ao Comitê de Avaliação de Área do programa; a montagem de um sistema de avaliação de periódicos, o Qualis⁴⁸; a adoção de quesitos qualitativos no instrumento que consolida o processo: as fichas de avaliação.

As fichas de avaliação são elaboradas pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) da Capes e informam os diversos quesitos e itens que são abordados na avaliação, além de descrever os critérios que explicitam os aspectos da avaliação. A ficha da área da Comunicação possui cinco quesitos principais, que se desdobram em itens, com peso ou conceito que se refletem no total da nota a ser dada, conforme

48 Utilizado pela primeira vez na avaliação de periódicos na trienal de 1998-2000, o Qualis, hoje, está dividido em oito estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Para os estratos superiores, de A1 a B2, o periódico deve ter fator de impacto JCR-ISI. A produção dos pesquisadores é avaliada conforme o estrato do periódico em que se obteve a publicação. Desse modo, o Qualis exerce grande impacto no conceito final de um PPG.

se segue: 1) Proposta do Programa (considera-se se é “adequada” ou “inadequada”); 2) Corpo Docente (20%); 3) Corpo Discente, Teses e Dissertações (30%); 4) Produção Intelectual (40%); 5) Inserção Social (10%).

Cada comitê de avaliação de área tem a possibilidade de alterar o peso dos critérios, em certo percentual para mais ou para menos, e pode também modificar o peso dos itens, em cada critério, ou suprimi-los, se não se aplicarem à área ou determinado programa. A maior parte dos itens faz uso de dados quantitativos que são enviados pelos programas, em relatórios que subsidiam a avaliação. Tais dados são reelaborados e avaliados – um exemplo é a atribuição de pesos para a publicação em periódicos –, tendo como contexto a situação geral dos programas da área em foco, do que resulta a classificação e atribuição de notas aos PPG. Na última avaliação – do triênio 2007-2009 –, 46 áreas tiveram um comitê de avaliação próprio⁴⁹.

A seguir, apresentam-se os resultados da última avaliação dos programas em Comunicação.

Tabela 10 – Conceitos atribuídos pela avaliação Capes do triênio 2007-2009 aos programas de Comunicação

Conceito	3		4		5		6		7	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Programas	15	31,2	20	41,7	12	25,0	1	2,1	–	–

Fonte: Elaboração a partir das planilhas comparativas da Avaliação Trienal 2010 (www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4355-planilhas-comparativas-da-avaliacao-trienal-2010)

O que se ressalta, com base nos dados apresentados, é que a avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil possui um caráter abrangente e indutor das práticas científicas.

⁴⁹ A lista dessas áreas pode ser vista no site da Capes, no seguinte endereço: www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4355-planilhas-comparativas-da-avaliacao-trienal-2010

Ela não deixa de sofrer restrições e críticas, como por exemplo: a maior atenção aos produtos do que aos processos da pós-graduação (SEVERINO, 2003); a excessiva centralidade que a avaliação Capes tem adquirido no espaço da pós-graduação; os prejuízos na autonomia dos programas; a criação de uma “cultura do conformismo”; a supervalorização da produção acadêmica (SGUISSARDI, 2008); o viés fortemente acadêmico; as dificuldades para reconhecer as características e desafios dos programas multidisciplinares (BALBACHVESKY, 2005); os riscos da adoção de um padrão único de qualidade para programas de pós-graduação que possuem diferentes orientações, contextos geográficos, materiais, institucionais, acadêmicos e pedagógicos (MACCARI; LIMA; RICCIO, 2009). Pedese também, como faz um documento da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), “maior sensibilidade às especificidades de cada área, evitando-se excessiva dependência de mensurações quantitativas e o produtivismo dela decorrente” (COMPÓS, 2010, p. 5).

Todavia, mesmo os críticos reconhecem a importância que a avaliação tem tido para a pós-graduação no Brasil, favorecendo sua qualidade ou mesmo excelência, bem como sua singularidade como política de longo prazo bem sucedida.

A oferta da pós-graduação em Comunicação no Brasil

Há, no Brasil, um total de 40 *programas de pós-graduação* credenciados, sendo 40 de nível de mestrado e 15 de doutorado (Tabela 11).

Tabela 11 – Oferta de programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil em 2011

	Somente Mestrados	Natureza	Doutorados (e mestrados)	Natureza	Total	Natureza
Brasil	25	17 públicas 8 privadas	15	10 públicas 5 privadas	40	27 públicas 13 privadas

Do ponto de vista da natureza institucional dos programas de pós-graduação (PPG) em Comunicação, a maioria está em IES públicas (são 27 e 67,5% do total), assim divididos: 21 IES federais (52,5%), 5 de IES estaduais (12,5%) e um PPG em IES municipal (2,5%). Já os programas localizados em instituições privadas somam um total de 13 (32,5%), sendo que, nesse caso, as IES confessionais têm um número ligeiramente maior de programas do que nas IES privadas que não possuem essa característica, sendo 7 do primeiro tipo (17,5%) e 6 do segundo (15,0%).

Tabela 12 – Evolução da oferta de programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil

ANO	1972	1974	1978	1980	1981	1983	1987	1990	1994	1995	1996	1997	1998
M	2	3	5	4	3	2	3	4	6	6	6	8	8
M/D	-	-	-	1	2	3	3	3	3	5	5	5	6
Total	2	3	5	5	5	5	6	7	9	11	11	13	14

ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011
M	6	7	6	7	6	12	17	19	21	23	25
M/D	8	8	9	10	12	13	13	13	15	15	15
Total	14	15	15	17	18	25	30	33	36	38	40

Sobre a evolução da oferta, os dados da Tabela 12 mostram que a trajetória da PG em Comunicação no Brasil se inicia nos anos de 1970, quando houve a criação dos PPG em Comunicação mais tradicionais – USP, UFRJ, UnB, PUC-SP e Umesp –, que tiveram papel inaugural na formação dos docentes e pesquisadores da área, e, portanto, dos programas criados nos anos posteriores. Observa-se que durante as duas décadas iniciais houve crescimento, porém a aceleração na criação de programas é a característica mais marcada dos anos 2000. Nota-se, comparando os dados de 1999 a 2011, que o número de programas que oferecem somente curso de mestrado subiu de 6 para 25, e de mestrado/doutorado, de 8 para 15. Desse

modo, no período em questão, foram criados nada menos que 25 programas, o que corresponde, hoje, à maioria (62,5%) dos PPGCOM no Brasil.

O número elevado de programas criados há menos tempo contextualiza o processo de consolidação do sistema, o que se pode inferir da última avaliação Capes (Tabela 10). Ou seja, se apenas um programa atingiu o nível de qualidade internacional (sendo que 13 programas poderiam almejá-la) e uma minoria de 12 (25% do total de programas avaliados) obteve a nota 5, estando os demais 35 programas com conceito 4 (20 – 41,7%) e 3 (15 – 31,2%), parece claro que à expansão quantitativa devem-se somar esforços para a consolidação qualitativa dos programas de pós-graduação da área.

Tabela 13 – Oferta de programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil, por regiões

Período	Curso	Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Total		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1972-1990	M	2	28,5	-	-	1	14,3	1	14,3	-	-	4	57,1	
	M/D	3	42,9	-	-	-	-	-	-	-	-	3	42,9	
Total		5	71,4	-	-	1	14,3	1	14,3	-	-	7	100,0	
Até 2000		M	3	20,0	2	13,3	1	6,7	1	6,7	-	-	7	46,7
		M/D	5	33,3	2	13,3	-	-	1	6,7	-	-	8	53,3
Total		8	53,3	4	26,6	1	6,7	2	13,4	-	-	15	100,0	
Até 2011		M	12	30,0	4	10,0	3	7,5	4	10,0	2	5,0	25	62,5
		M/D	8	20,0	4	10,0	1	2,5	2	5,0	-	-	15	37,5
Total		20	50,0	8	20,0	4	10,0	6	15,0	2	5,0	40	100,0	

Do ponto de vista da expansão quantitativa, a Tabela 13, mostrando a localização dos PPG em Comunicação pelas regiões do Brasil,

apresenta uma situação de maior diversificação geográfica da oferta, nos dias de hoje. Pode-se perceber que, embora a região Sudeste, onde se encontram os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, ainda possua a maioria dos programas, na década de 1990 houve avanços na região Sul e, mais recentemente, nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e, finalmente, na região Norte. Entretanto, as assimetrias regionais persistem, tornando necessárias políticas para aumentar a dispersão geográfica dos programas. O documento com recomendações ao novo PNPG, elaborado pela Compós (2010), faz algumas recomendações nesse sentido: criação de bolsas de estudo específicas para os docentes das IES das regiões em que exista desequilíbrio em relação à presença da pós-graduação; manutenção e ampliação dos programas de fixação de doutores nas IES mencionadas e estímulo à formação de parcerias e consórcios entre programas de regiões distintas, de modo a favorecer a desconcentração do sistema nacional de pós-graduação e a garantir maior intercâmbio entre os programas de pós-graduação do país.

Tabela 14 – Evolução da titulação de mestres e doutores em Comunicação no Brasil: 1996-2009

			Triênio 1998/2000			Triênio 2001/2003			Triênio 2004/2006			Triênio 2007/2009			Total
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Mestres	146	144	185	282	350	411	491	496	360	443	366	389	422	506	4.991
Doutores	54	55	59	87	100	105	178	172	175	166	145	165	136	122	1.719
Total	200	199	244	369	450	516	669	668	535	609	511	554	558	628	6.710
Mestres/ Triênio			817			1.398			1.169			1.317			4.701
Doutores/ Triênio			246			455			486			423			1.610
Total/Triênio			1.063			1.853			1.655			1.740			6.311

Fonte: Freire (2010).

Observando-se os números de titulados de 1998 a 2009, o que mais chama a atenção, afóra a grandeza dos números totais de 4.701

mestres e 1.610 doutores, é o aumento com respeito à formação de doutores. O relatório de avaliação da pós-graduação da área (FREIRE, 2010) nota, porém, que o crescimento no número de docentes permanentes, na comparação entre os dois últimos triênios analisados, não se refletiu em aumento de doutores formados, o que provavelmente se relaciona com o ingresso de docentes permanentes em programas que possuem apenas o curso de mestrado. A conclusão, contudo, é otimista:

Isso provavelmente significa que aquilo que observamos no triênio anterior continua atual: neste momento o Brasil tem doutores em Comunicação em número suficiente para promover, num tempo relativamente curto, uma expansão ainda maior da pesquisa e da pós-graduação da área. Significa, também, que a área tem ampliado sua geração de doutores para o ensino de Graduação – o que prefigura um aporte qualitativo para essa formação (FREIRE, 2010, p. 44).

Segue quadro com dados básicos sobre os programas de pós-graduação brasileiros em Comunicação credenciados até 2011. São 40 cursos de Mestrado e 15 de Doutorado.

Quadro 1 – Programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil, credenciados pela Capes até 2011

Instituição	Natureza	Cidade	Programa	www	Criação	Conceito Avaliação Capes
Universidade de São Paulo (USP)	Pública	São Paulo	Mestrado em Ciências da Comunicação	www3.eca.usp.br/pos/area?cod-cur=27002	1972	5
			Doutorado em Ciências da Comunicação	www3.eca.usp.br/pos/area?cod-cur=27002	1980	5

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Pública	Rio de Janeiro	Mestrado em Comunicação e Cultura	www.pos.eco.ufrj.br/	1972	6
			Doutorado em Comunicação e Cultura	www.pos.eco.ufrj.br/	1983	6
Universidade de Brasília (UNB)	Pública	Brasília	Mestrado em Comunicação	poscom.unb.br/	1974	4
			Doutorado em Comunicação	poscom.unb.br/	2003	4
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)	Privada (Confessional)	São Paulo	Mestrado em Comunicação e Semiótica	www.pucsp.br/pos/cos	1978	5
			Doutorado em Comunicação e Semiótica	www.pucsp.br/pos/cos	1981	5
Universidade Metodista (UMESP)	Privada (Confessional)	São Bernardo do Campo	Mestrado em Comunicação Social	www.metodista.br/poscom/	1978	4
			Doutorado em Comunicação Social	www.metodista.br/poscom/	1995	4
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Pública	Campinas	Mestrado em Mídias	www.iar.unicamp.br/pos-graduacao/multimeios.php	1987	4
			Doutorado em Mídias	www.iar.unicamp.br/pos-graduacao/multimeios.php	1998	4
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Pública	Salvador	Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea	www.poscom.ufba.br/	1990	5
			Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea	www.poscom.ufba.br/	1995	5

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PU-CRS)	Privada (Confessional)	Porto Alegre	Mestrado em Comunicação Social	www3.pucrs.br/portal/page/portal/famecosppg/ppgcom	1994	5
			Doutorado em Comunicação Social	www3.pucrs.br/portal/page/portal/famecosppg/ppgcom	1999	5
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Privada (Confessional)	São Leopoldo	Mestrado em Ciências da Comunicação	www.unisinos.br/ppg/comunicacao/	1994	5
			Doutorado em Ciências da Comunicação	www.unisinos.br/ppg/comunicacao/	1999	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Pública	Porto Alegre	Mestrado em Comunicação e Informação	www.ppgcom.ufrgs.br/novosite/	1995	5
			Doutorado em Comunicação e Informação	www.ppgcom.ufrgs.br/novosite/	2001	5
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pública	Belo Horizonte	Mestrado em Comunicação Social	www.fafich.ufmg.br/dcs/strictusensu/programa	1995	5
			Doutorado em Comunicação Social	www.fafich.ufmg.br/dcs/strictusensu/programa	2003	5
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Pública	Niterói	Mestrado em Comunicação	www.uff.br/ppgcom/	1997	5
			Doutorado em Comunicação	www.uff.br/ppgcom/	2002	5
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)	Privada	Curitiba	Mestrado em Comunicação e Linguagens	www.utp.br/mdcl/	2000	4
			Doutorado em Comunicação e Linguagens	www.utp.br/mdcl/	2009	--

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pública	Recife	Mestrado em Comunicação	www.ufpe.br/ppgcom	1998	4
			Doutorado em Comunicação	www.ufpe.br/ppgcom	2006	4
Universidade Paulista (UNIP)	Privada	São Paulo	Mestrado em Comunicação	www.unip.br/ensino/pos_graduacao/strictosensu/ss_comunicacao.aspx	1997	4
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)	Pública	Bauru	Mestrado em Comunicação	www.faac.unesp.br/pos_graduacao/comunicacao/	2002	4
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Pública	Rio de Janeiro	Mestrado em Comunicação	www.ppgcom.uerj.br/	2002	4
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ)	Privada (Confessional)	Rio de Janeiro	Mestrado em Comunicação Social	www.puc-rio.br/ensino-pesq/ccpg/progcom.html	2003	4
Faculdade Cásper Líbero (FCL)	Privada	São Paulo	Mestrado em Comunicação	www.casperlibero.edu.br/canal/index.php/mestrado,c=41	2006	3
Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)	Privada	São Paulo	Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo	ppgcom.espm.br/	2006	4

Univer- sidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Pública	Santa Maria	Mestrado em Comunicação	w3.ufsm.br/ poscom/pos- com/index. php	2006	4
Univer- sidade de Sorocaba (UNISO)	Privada (Comuni- tária)	Soro- caba	Mestrado em Comunicação e Cultura	comunica- caoecultura. uniso.br/	2006	3
Univer- sidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Pública	São Carlos	Mestrado em Imagem e Som	www.ppgis. ufscar.br/	2006	3
Universida- de Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Pública	Juiz de Fora	Mestrado em Comunicação	www.ufjf.br/ ppgcom/	2006	3
Universida- de Anhemi Morumbi (UAM)	Privada	São Paulo	Mestrado em Comunicação	www2.an- hemi.br/ publique/cgi/ cgilua.exe/ sys/start. htm?infoi- d=67446&- sid=4243	2006	3
Pontifícia Universida- de Católica de Minas Gerais (PUCMG)	Privada	Belo Hori- zonte	Mestrado em Comunicação Social	www.fca. pucminas. br/mestrado/ index.php	2007	4
Universida- de Estadual de Londrina (UEL)	Pública	Londri- na	Mestrado em Comunicação	www.uel.br/ pos/mestra- docomunica- cao/	2007	3
Universida- de Federal de Goiás (UFG)	Pública	Goiânia	Mestrado em Comunicação	www.facomb. ufg.br/mes- trado/	2007	3

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Pública	João Pessoa	Mestrado em Comunicação	www.cchla.ufpb.br/ppgc/index.php	2007	3
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Pública	Florianópolis	Mestrado em Jornalismo	www.posjor.ufsc.br	2007	4
Universidade Católica de Brasília (UCB)	Privada (Confessional)	Brasília	Mestrado em Comunicação	www.ucb.br/Cursos/118Comunicacao/	2008	3
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Pública	Manaus	Mestrado em Ciências da Comunicação	www.ppgc-com.ufam.edu.br/index.html	2008	3
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Pública	Fortaleza	Mestrado em Comunicação	www.poscom.ufc.br/	2008	3
Universidade de São Paulo (USP-PPGM-PA)	Pública	São Paulo	Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais	www.pos.eca.usp.br/index.php?q=pt-br/meios_processos_audiovisuais	2009	-
			Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais	www.pos.eca.usp.br/index.php?q=pt-br/meios_processos_audiovisuais	2009	-
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Pública	Natal	Mestrado em Estudo da Mídia	www.cchla.ufrn.br/ppgem	2009	3

Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	Pública	São Caetano do Sul	Mestrado em Comunicação	www.uscs.edu.br/posstricto/comunicacao/	2009	3
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Pública	Curitiba	Mestrado em Comunicação	www.comunicacao.ufpr.br/pos/mestrado/index.html	2010	–
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Pública	Belém do Pará	Mestrado em Ciências da Comunicação	www.prosp.ufpa.br/editais_e_noticias/EDITAL_DE_SELECAO_COMUNICACAO_UFPA_2010.pdf	2010	–
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Pública	Teresina	Mestrado em Comunicação	www.ufpi.br/ppgcom/	2011	–
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	Pública	Campo Grande	Mestrado em Comunicação	jornalismo.ufms.br/index.php?option=com_content&view=article&id=193&Itemid=235	2011	–

A internacionalização dos programas de pós-graduação

Entre as diretrizes gerais do novo PNPG brasileiro, conforme a exposição de Jorge A. Guimarães (2011), atual presidente da Capes, está o “estímulo à formação de redes de pesquisa e pós-graduação, envolvendo parcerias nacionais e internacionais, no nível da fronteira

do conhecimento, visando à promoção da **descoberta do ‘novo’ e apoiar projetos inéditos**” (GUIMARÃES, 2011, p. 30). A questão associada da “Internacionalização e Cooperação Internacional” é também destacada, nas seguintes linhas de ação: 1) Envio de mais estudantes ao estrangeiro para fazer PhD, em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo, 2) Estimulo à atração de mais alunos e pesquisadores visitantes do estrangeiro, 3) Apoiar avanços na produção científica qualitativa e 5) Aumento do número de publicações com instituições estrangeiras (GUIMARÃES, 2011, p. 38).

A preocupação com a internacionalização da ciência brasileira também foi expressa no documento da Compós sobre o PNPG, no qual se recomendavam cinco pontos específicos sobre o tema

1. **Manutenção e ampliação dos programas bilaterais de cooperação** regulares que as agências de fomento já mantêm;
2. **Ampliação das parcerias universitárias binacionais**, de modo a favorecer o intercâmbio de docentes e discentes.
3. **Diversificação dos países com quem o Brasil desenvolve programas de cooperação**, de modo a incluir no rol de programas de cooperação regulares países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas, científicas e culturais, mas que ainda não são objeto de acordos bilaterais e multilaterais e não se traduzem em editais de cooperação.
4. **Criação de redes de cooperação internacional**, através da criação de protocolos de cooperação entre Programas de Pós-Graduação brasileiros e universidades estrangeiras, em especial para efetivação de três redes de cooperação: a) **Rede de Cooperação entre Programas de Doutorado da América Latina**; b) **Rede de Cooperação com Programas da Comunidade Européia**, em especial com países da Península

Ibérica; c) Rede de Cooperação com Programas da América do Norte.

5. **Ampliação do apoio à realização de estágios de pós-doutoramento no exterior**, tendo como premissas a interação e o relacionamento científico com centros de pesquisa no exterior para o desenvolvimento das atividades inerentes ao estágio, a qualidade do projeto a ser desenvolvido e sua vinculação com a linha de pesquisa em que atua o docente no curso de pós-graduação. (COMPÓS, 2010, p. 4)

Essa recapitulação sobre as propostas da Compós, assim como a exposição sobre o PNPG, mostra que a “internacionalização” é vista como um tema relevante e estratégico para a agenda da comunidade científica brasileira.

Nesse sentido, os dados que passarão a ser mostrados, elaborados a partir de um questionário respondido pelos coordenadores do PPG em Comunicação, são úteis para avaliar o tema na pós-graduação em Comunicação. A pesquisa abordou, basicamente, duas dimensões relativas à cooperação internacional, a saber: como os programas praticam e como percebem e avaliam os desafios desse tema. O questionário foi respondido por 28 PPG em Comunicação (70%) e – mais relevante – pela quase totalidade dos programas que possuem doutorado, 13 dos 15 que oferecem curso desse nível. Tal aspecto é significativo, pois, assim como dois programas informaram não ter dados para responder ao questionário, devido à duração ainda pequena dos cursos, isso também deve ter ocorrido com outros programas que possuem somente o mestrado e que não forneceram respostas.

Em outros termos, a grande maioria dos informantes com mais experiência sobre o assunto, em função do número de anos do programa, forneceu dados.

Práticas voltadas à internacionalização

Quanto às práticas voltadas à cooperação internacional, os dados obtidos mostraram que:

- A maioria (60,0%) dos programas de pós-graduação ou as IES às quais eles pertencem possui uma Comissão voltada à cooperação internacional. Conforme os relatos, estas cumprem várias funções, em particular, atuando em convênios e projetos de cooperação mútua (a partir dos quais ocorrem intercâmbios docentes), troca de experiências, participações em seminários e publicações conjuntas.
- Pouco mais da metade (53,6%) dos programas possui uma política para a recepção de alunos estrangeiros. O índice é maior nos programas que oferecem também o curso de doutorado (69,2%). Essas políticas têm resultado na atração de alunos estrangeiros, principalmente da América Latina seguida, na ordem, por estudantes da Europa e de países africanos (sobretudo os de língua portuguesa) e dos EUA.
- Percentualmente, a preocupação em atrair docentes estrangeiros é maior, sendo que 18 programas (64,3%) informam possuir alguma política para recebê-los. Também nesse caso, os programas com doutorado são mais ativos. Na maioria dos casos, os professores são da Europa, seguidos por docentes da América Latina e dos EUA.
- Quanto à circulação dos discentes de doutorado, propiciado pela participação em programas de bolsa sanduíche, nos programas que possuem esse nível de formação, observa-se que ela ocorre com maior frequência na “minoridade” dos estudantes dos cursos, caso de 10 programas (76,9%). A resposta “maioria” não ocorreu e apenas um programa informou que essa situação ocorreria com “metade” dos doutorandos.

- A maioria dos programas informou realizar convênios com instituições estrangeiras, 78,6% do total da amostra (22 programas). Significativo é que todos os programas que têm doutorado já realizaram convênios, tendo como resultados intercâmbios científicos, estágios pós-doutorais, doutorados com bolsa sanduíche, realização de cursos e publicações, entre outras ações. A ordem das menções aos convênios é similar à da recepção a docentes estrangeiros: Europa, EUA e América Latina.
- A participação com apresentação de trabalhos dos docentes dos programas em eventos internacionais ocorre de um modo que “a maioria” dos docentes foi a resposta de dez programas (38,5%). O estrato com mais respostas, porém, foi o de “cerca da metade” dos docentes, com um percentual de 42,9%. Vale observar que não houve a resposta “nenhum”. Tais eventos ocorrem, pela ordem, na Europa, na América Latina e nos EUA, tendo havido três menções ao Canadá.
- Em termos da participação como docente convidado ou feitura de estágio pós-doutoral em instituição estrangeira, os coordenadores informaram que isso já se deu com a “minoridade” dos docentes, no caso de 17 (60,7%) dos programas. A “maioria” é a resposta de somente 3 (10,7%), todos programas que possuem doutorado. O local onde se dá essa participação de docentes brasileiros no exterior é novamente, pela ordem, Europa, América Latina e EUA, com três referências ao Canadá.
- A prática da participação de docentes da pós-graduação em Comunicação em projetos de pesquisa em que colaboram com pesquisadores internacionais envolve, geralmente, parte minoritária dos docentes. Desse modo a resposta sobre esse aspecto, foi que a “minoridade” dos docentes do PPG em Comunicação tem tal atuação em 24 programas (85,7% do todo). A colaboração ocorre mais, pela ordem, com pesquisadores da Europa e América Latina e, menos comumente, dos EUA.

- No conjunto dos programas a resposta “a minoria” dos docentes aparece com 16 indicações (57,1%), quanto à publicação dos docentes em revistas internacionais. Porém, nos programas que possuem curso de doutorado, a mais informada é de “cerca da metade” dos docentes (53,8%). Essa situação é similar à participação dos pesquisadores brasileiros em conselhos editoriais de revistas internacionais, caso em que a resposta mais apontada, no todo, foi “a minoria dos docentes”, por 16 programas (39,3%), sendo que os PPG em Comunicação com doutorado afirmam ter maior participação de docentes atuando em tais conselhos editoriais, com 61,5% das respostas (8 programas) como “cerca da metade”. Quanto à emissão de pareceres para essas revistas, novamente a categoria de resposta mais mencionada foi “a minoria” dos docentes (46,4%). Nesse caso, mesmo nos programas com doutorado, essa foi a informação majoritária. Em termos da origem dessas revistas em que os docentes publicam, em primeiro lugar aparecem as publicações européias (24 menções), seguidas pelas da América Latina (20), dos EUA (8) e Canadá (2). Já a participação em conselhos editoriais ocorre mais nas revistas da América Latina (14 menções), Europa (12), EUA (7) e Canadá (2). E, por fim, os pareceres são principalmente para revistas latino-americanas (13), da Europa (11), dos EUA (4), do Canadá (2) e Austrália (1).

Observa-se, portanto, que a internacionalização e a cooperação internacionais desenvolvem-se num patamar mediano e em termos mais receptivos do que ativos, de modo que, por exemplo, os programas, geralmente, atuam mais, de maneira relativa, atraindo mais docentes estrangeiros do que enviando docentes ou discentes para o exterior. O contexto europeu é privilegiado nos casos mencionados, assim como na feitura de investigações conjuntas e da publicação em revistas internacionais. Porém, em termos da participação em conselhos editoriais e pareceres, isso ocorre mais em revistas latino-americanas.

Percepções e avaliações sobre a internacionalização da pós-graduação em comunicação

Tabela 15- Obstáculos à cooperação internacional

Dificuldades à internacionalização	M		M/D		Total	
	N	%	N	%	N	%
Ausência de planos e projetos de médio e longo prazos	8	53,3	6	46,1	14	50,0
Divulgação insuficiente do PPG/IES no exterior Pública	7	46,7	6	46,1	13	46,4
Baixa familiaridade dos pesquisadores com as formas de apoio das agências	9	60,0	3	23,1	12	42,9
Recursos insuficientes, em termos do apoio da IES e das agências	5	33,3	6	46,1	11	39,3
Baixa qualificação/capacitação do corpo administrativo para lidar com as questões que envolvem o tema	5	33,3	3	23,1	8	28,6
Entraves burocráticos da IES e/ou do PPG	4	26,7	4	30,8	8	28,6
Processos seletivos de ingresso de discentes dificultam a seleção de candidatos estrangeiros	3	20,0	5	38,5	8	28,6
Domínio insuficiente ou falta de hábito no uso de línguas estrangeiras pelos discentes	3	20,0	4	30,8	7	25,0
Baixo interesse, por parte dos docentes/pesquisadores	3	20,0	2	15,4	5	17,9
Domínio insuficiente ou falta de hábito no uso de línguas estrangeiras pelos docentes/pesquisadores	2	13,3	2	15,4	4	14,3
Ausência de normas ou marcos legais na IES que favoreçam a cooperação internacional	1	6,7	2	15,4	3	10,7
Localização geográfica do PPG	3	20,0	-	-	3	10,7
Natureza da pesquisa realizada (de interesse mais local que internacional, p. ex.), bem como das atuais linhas de pesquisa do PPG	1	6,7	1	7,7	2	7,1
Ausência ou deficiência de acervo (biblioteca) com a literatura significativa internacional da área	1	6,7	-	-	1	3,6
Baixo interesse, por parte dos discentes	-	-	1	7,7	1	3,6
Conflito de calendário entre IES nacionais e internacionais	1	6,7	-	0	1	3,6

Encontrar ambientes de pesquisa que estejam efetivamente desenvolvendo investigações próximas aos interesses das linhas de pesquisa do PPG	-	-	1	7,7	1	3,6
Juventude e baixa avaliação do PPG que dificulta acesso a recursos das agências	1	6,7	-	-	1	3,6
O fato da IES ser privada, com fins lucrativo, dificulta a sua participação de editais públicos	-	-	1	7,7	1	3,6

Na Tabela 15, organizamos as respostas sobre as “dificuldades” e “obstáculos” percebidos à cooperação internacional por parte dos coordenadores de programas. Observa-se que a “ausência de projetos de médio e longo prazos” é apontada por metade dos informantes como sendo o maior obstáculo. Em seguida, a “divulgação insuficiente” do PPG no exterior aparece com 46,4%, com índices similares nos dois grupos de programas. Em terceiro lugar, aparece a “baixa familiaridade dos pesquisadores com as formas de apoio das agências”, com 42,9% das respostas. Essa dificuldade é mais notada pelos programas que possuem somente curso de mestrado (60%). Problemas com a “baixa qualificação/capacitação do corpo administrativo”, “entraves burocráticos” e dificuldades dos “processos seletivos” tiveram o mesmo percentual de respostas, 28,6%, número similar nos programas com doutorado e com apenas mestrado. Cabe observar que os principais entraves são de ordem administrativa e de gestão (inclusive da informação), sendo que “baixo interesse na cooperação internacional” é muito pouco mencionado.

Em termos de sugestões para o incremento da internacionalização do próprio PPG e da área de maneira geral, as respostas foram diversificadas, mas a mais recorrente foi a necessidade de mais apoio, seja por editais específicos para os programas, para estimular publicações (tradução) ou a participação em eventos e as pesquisas em coletivos internacionais. Também se observa, por vezes, que se requer maior informação sobre os editais relativos ao tema da internacionalização, projetos em andamento, de modo a favorecer intercâmbios. Há necessidade de maior conscientização das IES

sobre a importância da cooperação internacional e da formação de quadros administrativos voltados ao tema.

Três afirmações parecem expressar bem o espírito geral dos programas de pós-graduação em Comunicação brasileiros sobre o tema da cooperação internacional:

- “Há uma grande preocupação com a internacionalização.”
- “Acreditamos que ainda falta muito para o avanço da internacionalização do PPG em Comunicação.”
- “É necessário estabelecer projetos em médio prazo que priorizem a internacionalização.”

Conclusões e perspectivas

Destaca-se do panorama exposto uma situação crescimento da PG em Comunicação no Brasil, que, talvez, se mantenha nos próximos anos, face ao incremento do nível de graduação que tem ocorrido. Por outro lado, tal crescimento parece requerer, também, maior ênfase qualitativa nos próximos anos, de modo a, por exemplo, aumentar o número de programas que, nas avaliações realizadas, alcancem expressão internacional.

A cooperação internacional, como também se notou, já é praticada e valorizada, no entanto, existe a possibilidade de a mesma aumente, colaborando com a própria qualidade da produção científica em Comunicação de pesquisadores brasileiros. O contexto iberoamericano, inclusive, é um dos espaços para maiores diálogos e cooperação. Medidas de apoio e políticas para tal parecem ser relevantes, bem como o conhecimento mútuo sobre os sistemas de pós-graduação que o *Fórum Ibero-americano de Pós-Graduação em Comunicação* busca promover, pela realização de estudos e debates.

Nessa perspectiva é relevante apresentar, concluindo esse trabalho, dados sobre as Áreas de concentração dos programas de pós-graduação no Brasil (Tabela 16)

Os programas possuem, no todo, 42 áreas de concentração (geralmente únicas, a exceção é o PPG em Comunicação da USP, com três áreas) e 98 linhas de pesquisa, novamente o programa da USP possui o número mais elevado (8), enquanto a maioria dos PPG possui duas linhas em sua estrutura.

Buscou-se organizar os dados, a partir do princípio de que os títulos das áreas refletem, com bastante probabilidade, determinados recortes, abordagens ou orientações para a pesquisa. Nesse sentido, as áreas informam sobre quatro vertentes principais de entendimento ou aproximação de seus estudos, que são as seguintes:

1. a que se volta à “comunicação” (22 áreas, 52,4% do total), desde um nível geral (“comunicação”, “processos comunicacionais”), até especificações ou delimitações de interfaces (“comunicação e sociedade”, “comunicação social”, “comunicação e...”). Destaca-se, nessa vertente, a ligação com o “contemporâneo”, feita em 3 áreas (7,1%);
2. a que relaciona a comunicação à “cultura” *tout court*, (com 8 áreas, 19,0%), ou com a “cultura midiática” (4 áreas, 9,5%) estabelecem, por vezes, recortes nos interesses dos PPG em Comunicação;
3. a que evidencia certa centralidade no elemento midiático dos estudos, tendo o termo “mídia” no nome da área de concentração. Igualmente, são 8 áreas (19,0%) que têm essa característica.
4. a que apresenta foco mais específico, como estudo do audiovisual (3 áreas, 7,1%) e do “jornalismo” (1 área, 2,4%).

O panorama de estudos que se apresenta, no caso brasileiro, é bastante diversificado e será útil que análises comparadas sobre as estruturas de organização, os enfoques e as abordagens dos estudos dos fenômenos comunicacionais nos países ibero-americanos busquem perceber zonas com maiores possibilidades para promover

cooperações produtivas. Estas poderão se ocorrer, também, a partir de mais diálogos e debates que contribuam com a construção de conhecimentos e a consequente consolidação acadêmica da Comunicação, nesses países.

Referências bibliográficas

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (eds.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 275-304. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/9posgrado.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

CARVALHO, Márcia Marques de. Projeção da matrícula no ensino superior no Brasil, por dependência administrativa: um exercício preliminar. **Documento de Trabalho nº 26**, Série Educação em Números, Observatório Universitário, 2004. Disponível em <http://www.observatoriouniversitario.org.br/pdf_documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_26.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Doutores 2010**: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/atividades/redirect.ph?idProduto=6401>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. **Recomendações da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS para o PNPG 2011/2020**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1561.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

FREIRE, Marcius (coord.). **Relatório de Avaliação 2007-2009**. Trienal 2010. Área de Ciências Sociais Aplicadas I. Brasília: Capes, 2010. Disponível em: <<http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/02/RELAT%C3%93RIO-DE-AVALIA%C3%87%C3%83O-2010-CSA-I.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

FUENTES NAVARRO, Raúl; BUSTAMANTE FARÍAS, Óscar. Posgrados en Comunicación en México, Centroamérica y el Caribe. In: FÓRUM IBERO-AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 1., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Confibercom, 2011.

GUIMARÃES, Jorge A. **Sobre o “Plano Nacional de Pós-Graduação 2011 – 2020”**. Apresentação na Reunião Annual Magna da Academia Brasileira de Ciências, 2011. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-558.pdf>>. Acesso em: 20/ jun. 2011.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico**: censo da educação superior de 2009. Brasília: Inep, 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (coord.) **Avaliação dos egressos dos programas de pós-graduação em comunicação no Brasil**. Relatório de pesquisa CNPq/NUPEM/COMPÓS. São Paulo: NUPEM, 2001. Disponível em <http://www.eca.usp.br/cecom/media/vol_1_relatorio.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

MACCARI, Emerson Antonio; LIMA, Manolita Correia; RICCIO, Edson Luiz. Uso do Sistema de Avaliação da CAPES por Programas de Pós-Graduação em Administração no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 68-96, set./dez 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/viewFile/13077/17519>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

MARTINS, Carlos Benedito. A formação do sistema nacional de pós-graduação. In: SOARES, Maria Susana Arroza (coord.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe – IESALC-Unesco, 2002. p. 97-99. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

SGUISSARDI, Valdemar. Pós-graduação (em Educação) no Brasil: conformismo, neoprofissionalismo, heteronomia e competitividade. In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de (orgs.). **Reformas e políticas**: educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas: Alínea, 2008. p. 137-164.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A política de pós-graduação no Brasil: avaliando a avaliação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003, Poços de Caldas. *Anais...* Poços de Caldas: ANPed, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/outrostextos/seantoniojoaquimseverino.doc>>. Acesso em: 20 jun. 2011.